

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS

**A IDENTIDADE TEOLÓGICA DO
SACERDÓCIO COMUM E DO SACERDÓCIO E MINISTERIAL À LUZ
DA CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEM GENTIUM**

JACOB DO NASCIMENTO RIBEIRO

ANÁPOLIS

2013

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS

**A IDENTIDADE TEOLÓGICA DO
SACERDÓCIO COMUM E DO SACERDÓCIO E MINISTERIAL À LUZ
DA CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM**

Trabalho de conclusão do curso
de reconhecimento em Teologia
pela Faculdade Católica de
Anápolis.
Sob Orientação do Professor
Flávio Pereira Nolêto.

ANÁPOLIS

2013

JACOB DO NACIMENTO RIBEIRO

**A IDENTIDADE TEOLÓGICA DO
SACERDÓCIO COMUM E DO SACERDÓCIO E MINISTERIAL À LUZ
DA CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEM GENTIUM**

**TCC apresentado no dia trinta e um de
janeiro de dois mil e quatorze**

Flávio Pereira Nolêto - Orientador

NOTA: _____

ANÁPOLIS

2013**RESUMO**

O sacerdócio entra na história de Israel numa dinâmica Profética, deste modo é tão constitutivo deste povo quanto a sua origem mesma, e o será também do Povo da Nova Aliança quando chegar a plenitude dos tempos onde Cristo por sua vez realizar o verdadeiro sacrifício, único agradável e realmente eficaz, isto é, o único realmente expiatório do povo e que rompe a cortina do Templo chegando á presença de Deus. Ao investir os Apóstolos de seus próprios poderes e missão, que por sua vez os comunicaram aos seus sucessores ininterruptamente nos séculos, Cristo perpetua no sacerdócio cristão a seu mesmo sacerdócio. Também a comunidade dos batizados no seu nome são investidos de seu sacerdócio de um modo distinto e não em oposição ao ministério ordenado que por sua vez está a serviço daquele através da atuação do tríplice múnus: ensinar, santificar e reger. Nas suas duas dimensões, a comum e a ministerial, o sacerdócio de Cristo está em continuidade e ao mesmo tempo plenifica a instituição, a prática e a ordem sacerdotal mosaica levando a termo a promessa divina de instaurar um povo sacerdotal.

RESUMEN

El sacerdote entra en la historia de Israel en un profético dinamismo así es como constitutiva de este pueblo como sumo origen, y es también el Pueblo de la Nueva Alianza, cuando se cumplió el tiempo en que Cristo, a su vez, hacen que el verdadero sacrificio, sólo es agradable y realmente eficaz, que es realmente la única expiación del pueblo y que rompe el velo del Templo viene a la presencia de Dios. Al invertir los apóstoles de su propio poder y sumisión. Que a su vez se comunicó a su suceso sin interrupción durante siglos, Cristo se perpetúa en su sacerdocio cristiano propio sacerdocio. También la comunidad de los bautizados en su nombre se invierten en su sacerdocio como un independiente y no en oposición al ministerio ordenado, que a su vez es un servicio que a través de la acción de la triple misión: enseñar, santificar y gobernar. En sus dos dimensiones, el sacerdocio común y el ministerial de Cristo está en continuidad y al mismo tiempo profundiza en la institución, la práctica y el Mosaico orden sacerdotal llevar adelante la promesa divina de establecer un pueblo sacerdotal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1. O SACERDÓCIO NO ANTIGO TESTAMENTO	07
2. O SACERDÓCIO EM CRISTO	12
2.1. JESUS SUMO E ETERNO SACERDOTE NA CARTA AOS HEBREUS	13
2.2. SACERDÓCIO COMUM	14
2.2.1. SACERDÓCIO COMUM NA PRIMEIRA CARTA DE PEDRO	15
2.2.2. SACERDÓCIO COMUM NA <i>LUMEN GENTIUM</i>	16
2.3. SACERDÓCIO MINISTERIAL	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

INTRODUÇÃO

Dentre os inúmeros perigos que assolam o exercício do sacerdócio ministerial na Igreja Católica e desfigura o papel dos leigos podemos destacar a contínua perda da identidade sacerdotal em muitos membros da dita comunidade. Longe de ser uma novidade tal afirmação segue apenas os inúmeros apelos do saudoso Papa João Paulo II nas várias vezes que teve oportunidade de se dirigir aos sacerdotes de maneira especial e repetidamente nas Exortações Apostólicas *Pastores daboVobis* e *ChristifidelisLaici*.

Na busca desta identidade vamos percorrer um pouco a história do sacerdócio na herança judaica e cristã acentuando o depósito da Sagrada Escritura, fonte primeira e primordial de toda a dissertação teológica. Depois ressaltar de imediato os traços delineados pela constituição dogmática *LúmenGentium*, visto que não apenas é um esforço da Igreja em falar de si mesma, mas nisto também diserta sobre a hierarquia, e por conseguinte do sacerdócio tanto ministerial, quanto o comum exercido pelo fieis leigos

Sem buscar ser exaustivo na pesquisa vamos recorrer ainda a dita Exortação Apostólica na qual o Papa João Paulo II trata da formação dos sacerdotes católicos, “*Pastores dabovobis*”.

Usando o método dedutivo sobre os textos da Sagrada Escritura e dos Magistério procuramos interpretar as notas bíblicas e dogmáticas pesquisadas com o fim de ressaltarmos a novidade que constitui o sacerdócio cristão, que em poucas palavras podemos dizer se tratar do modo encontrado pelo próprio Cristo de se fazer presente de maneira vivaz e dinâmica no seio de sua comunidade.

As questões que surgem nesta pesquisa seriam: qual a natureza desta “novidade”? Ela quer romper ou continuar o sacerdócio mosaico? Como Cristo Jesus se tornou sacerdote? Se o sacerdócio exige uma função sacrificial como desempenham os leigos seu sacerdócio? Que relação há entre o sacerdócio ministerial na Igreja e o sacerdócio de Cristo?

Portanto a busca da identidade sacerdotal nas suas duas complementares dimensões mantêm-se um desafio existencial e prático para cada cristão. Uma identidade já delineada pelo próprio Senhor e profundamente interligada desde os primórdios pela Igreja, como haveremos de ver.

1 - SACERDÓCIO NO ANTIGO TESTAMENTO

Tão logo instituíra os ministros para auxiliar-lhe nas questões e disputas do povo, depois de aconselhado por seu sogro Jetro, Moisés recebe Deus a revelação de que o Senhor quer fazer um povo um reino de sacerdotes e uma nação santa (cf. Ex 18-19).

A septuaginta traduz “*mamléketKohanim*”- *mamlketKohanim* _ por “sacerdócio real” “βασιλειον ηιεριτευμα”. Parece desaparecer aqui neste conceito a ideia de um reino teocrático que fundamental na concepção judaica onde o poder político temporal é espelhado naquele domínio monárquico de Deus. Na verdade, Deus é quem deveria reinar sobre Israel (cf. ISam 8)

Assim o modelo monarquista é substituído pelo ideal de que Israel se torne um povo sacerdotal. Este detalhe demonstra a importância que ganhou na cultura judaica o Templo e a casta sacerdotal no governo e direção do povo sem esquecer o sentido teológico de tal vocação. E sentido seria este?

O termo hebraico utilizado para descrever o conceito sacerdote é de raiz desconhecida: *Kohen* parece vir de *Safel* que significa:

Inclinar-se a prestar homenagem Outra raiz provável seria QWN que significa ‘estar de pé diante de Deus’ fazendo memória a postura dos sacerdotes durante o culto no tempo apresentado as oferendas e sacrifícios. (LEON-DUFOUR, 2001, p.97).

Característica sacerdotal que se adéqua ao contexto de Lv 19 onde é descrito uma das Teofânias mais “terríveis” de Deus, cheia de manifestações cósmicas além de aspectos preceituais como, por exemplo, o “afastamento” do povo do Sinai. Claro que isto visa preservar a santidade e transcendência de Deus apesar de fazer-se tão próximo dos filhos de Jacó, uma vez que ele é *IHWH* – Eu souo que está convosco – *EMANUEL* (Deus conosco).

Podemos dizer que a Aliança por um lado estabelece um ‘jugo’ sobre o povo ela também, por outro visa elevá-lo do meio de todos os povos vizinhos diante dos quais eles devem estar de pé, vendedores. O sacerdote durante o culto, assim como Moisés em relação ao povo, permanece de pé intercedendo por eles diante do Senhor.

O ícone de todos estes elementos será o sinal, mais personificado na tribo de Levi escolhida por Deus para ser a casta sacerdotal que exercerá a mediação entre Deus e o povo. O deuteronomio ilustra três funções do sacerdócio Levítico: O

discernimento, ou estabelecer a justiça, o ensino da Lei e o ministério cultual de invocar bênçãos e oferecer sacrifícios e oblações pelo povo (cf. Dt 33,8-10; cf. ISam 14, 41-42).

Como justificar este afunilamento realizado de predileção? Isto é, de todos os povos escolhe uma pequena nação de pastores, destes uma tribo, desta uma família, e desta única casa.

Embora Deus seja o Senhor de toda terra, escolhe uma parte da humanidade para manifestar o seu designo salvador. Torna deste povo o sinal da salvação que pretende operar em todos os homens – ideia não muito explícita no Antigo Testamento e pouco cultivada entre a maioria dos Judeus. Estabelece com Israel uma aliança na qual promete terra e descendência enquanto toda nação se compromete a prestar adoração somente ao Deus de seus pais Abraão, Isaac, e Jacó de um modo concreto cumprindo os preceitos que Deus lhes indicou por meio de Moisés.

À casa de Sadoc cabe a presidência do culto, aos levitas além do auxílio a esta família devem ensinar a Lei ao povo e garantir por meio desta o exercício da justiça. O sacerdócio antigo rumou cada vez mais para constituição de uma casta sacerdotal. Este processo não se deu, portanto sem uma intervenção direta de Deus que visava a salvação do povo de Israel e também fazê-los um sinal para todas as nações de sua própria santidade frente aos falsos deuses.

Claro que estamos numa descrição bastante evoluída da Tradição Veterotestamentária sobre o sacerdócio, pois nos primórdios os Patriarcas, e, ou chefes da família eram aqueles que ofereciam sacrifícios a Deus e que invocavam bênçãos para os seus (cf. Gn 27); Eles transmitiam as experiências religiosas de seus antepassados (cf. Dt 4,9ss; 6,1-7) e protagonizavam novas intervenções e Alianças de Deus com este povo (cf. Gn 12, 1-5). Também os Juízes (cf. Jz6; cf. ISam 16,5;) e os reis (cf. IRs3,4; 8,63; cf. IIRs 10,19) no princípio exerciam um poder sacerdotal oferecendo sacrifícios a *IHWH* conforme podemos verificar em LACOSTE, Jean-Yves em seu Dicionário Teológico.

O desígnio de *IHWH* foi sempre o de atrair todos os povos para a adoração de uma única e verdadeira divindade, em um único lugar, prestando-lhe um único culto agradável e por isso é compreensível a formação de uma casta para realizar este papel mediador. Neste desenvolvimento, digamos teológico, vê-se a manifestação da crescente influência dos sacerdotes sobre a Nação de Israel.

Assim, podemos constatar que teria sido graças a influência dos sacerdotes que Davi conseguiu unificar os dois Reinos, Israel e Judá. Deste modo a unificação do poder civil resultou e se solidificou-se sobre a unificação do culto a *IHWH* para o Templo de Jerusalém.

Esta empreita foi logo ameaçada no reinado de Salomão, contraditoriamente, através de suas mulheres que sob sua permissão ou omissão erigiram altares aos deuses de suas nações por toda a Palestina, como bem lembrado por FINKELSTEIN e SILBERMAN na obra, 'A Bíblia não tinha razão', 2003 p. 223-227.

Apesar da ação profética bastante fervorosa durante vários séculos, santuários como o de Betel e do Monte Garizim se mantiveram até o primeiro cativo babilônico.

Na verdade se focalizamos o contexto histórico no qual estes textos são construídos poderíamos dizer que eles buscam retro projetar nos Reis Heróis de Israel – Davi e Salomão – uma empreita feita por Josias na edificação do segundo Templo. Todos os outros santuários foram suprimidos pelo santuário de Jerusalém. Para isso era necessário um influxo da tradição Judaica e o “querer de Deus” para acalmar as vontades rebeldes à reforma josiniana que se deu no século sexto antes de Cristo. Este aparato escriturístico entrou no cânon da Revelação e se tornou inclusive uma fonte própria, dentre as quatro identificadas na constituição da Torah: a fonte javista(J), eloísta (E), Profética e sacerdotal (P).

Com isso a casa de Sadoc, cuja origem permanece indefinida, talvez seja um grupo sacerdotal pré-israelita que prevaleceu sobre as demais famílias da tribo de Levi que constituíram por sua vez um grupo assistente e periférico na administração do Templo de Jerusalém cuja presidência coube aos filhos de Sadoc. Este modo de organizar o culto é apresentado por Born, H, Haac e Alsejo, S, em 'Diccionario de laBiblia', Barcelona: Heder, 1975.

Os demais levitas divididos entre vinte e quatro grupos revezavam-se a cada uma duas semanas durante o ano. É claro que não podendo mais sobreviver somente com as cômputas dos serviços sacerdotais, como idealizado no projeto de redistribuição da herança de Abraão concretamente empreendida por Josué (cf. Js 13-23) os levitas tiveram que se dedicar a agricultura, artesanato e alguns poucos deles se especializaram no estudo da Torá formando um sub grupo na tribo: os chamados doutores da Lei.

Centenas de anos depois vemos um grupo sacerdotal do interior de Israel – os Asmoneus – liderar uma revolta contra o processo de helenização empreendida por Selêuco IV. A vitória política dos Macabeus sobre Selêuco IV resultou no surgimento de uma nova dinastia sacerdotal a partir do ambiente do sumo sacerdócio Judaico. Não demorou muito para que os líderes macabeus consolidassem um sumo sacerdócio Régio, isto é, concentrassem os dois poderes – Régio e sacerdotal – nas mãos de um único líder.

Este poder será tolhido quando vier a dominação romana que incumbirá a reis favoráveis a César, ou a procuradores romanos às questões políticas capsulando o poder sacerdotal nos assuntos da religião judaica. Contudo a influência do Sumo Sacerdote permanece apesar de estar sob as rédeas de Roma.

Consciente da importância que constituía na identidade de Israel as atividades e estruturas sacerdotais Herodes Magno, depois de “usurpar” o poder para conseguir manter-se no domínio inicia a reforma do Templo de Jerusalém que se estenderá por mais de quarenta anos.

Em síntese o sacerdócio judaico tem como finalidade estabelecer uma mediação entre Deus e o povo, e vice versa. Assim como Israel deve ser para as nações como que um luzeiro a mostrar o caminho também os sacerdotes são luz para o povo manifestado a presença divina viva e dinâmica a caminhar com o seu povo.

Os sacerdotes ainda são responsáveis por garantir a santidade do povo pelo ensino da Lei e a transmissão das tradições de Israel. A finalidade disso é garantir na verdade a fidelidade do povo à Aliança firmada com o senhor no monte Sinai. Desta fidelidade, unilateralmente inquebrantável, porque Deus é sempre fiel, gera no meio do povo a liberdade, prosperidade e a fecundidade. Estas são as três promessas feitas por *IHWH* e a condição para se realizar é a fidelidade no cumprimento da Torah.

Os Sacerdotes são os juízes por excelência, garantem o estabelecimento da paz e da justiça no meio do povo. Invocam sobre a nação as bênçãos de Deus, dirigem o culto e são os ministros dos sacrifícios oferecidos ao Senhor. Por meio das celebrações das festas cúlticas, garantem a dinamicidade e revitalização da Tradição, da Aliança e da Fé no meio do povo.

Por sua vez o sacerdócio antigo de modo algum ficou livre de ajustes e repreensões tanto assim ao mesmo tempo, que os vaticínios proféticos se voltavam

sobre os reis e sobre o povo, também podemos constatar que os profetas denunciavam a corrupção do cumprimento missão dos sacerdotes.

Os Profetas denunciam sua má conduta, pois percebem que os sacerdotes acabam não sendo imparciais e justos na resolução dos litígios entre o povo favorecendo mais aos notáveis e negando-se a prática da justiça para com os fracos, órfãos e viúvas (cf. Am 5,7 ; 6,12; cf.Mq 6,9-10). O culto é esvaziado do seu sentido e culmina num ritualismo exterior sem tocar de fato nas vidas das pessoas, e podemos arriscar dizer que em muitos casos acaba sendo mais defendido por razões econômicas que por seu caráter memorial e sagrado. Os sacerdotes e o povo já não acham graça aos olhos de Deus que se queixa de que eles o honram com os lábios, contudo mantêm o coração distante (cf. Is 29,13).

Tudo isso converge no desejo de uma restauração. Esta só se fará possível através de uma intervenção direta de Deus, pois os homens todos se corromperam em ações abomináveis, seus corações se tornaram incessíveis como pedra e isto clama desde os céus aos homens por uma mudança profunda, um reavivamento interior de todos (cf. Ez 36-37).O drama aumenta se lembramos que somente Deus é capaz de criar do pó, ou do nada algo agradável a seus olhos.

Nesse contexto surgem os vaticínios dos profetas maiores por um Messias Sacerdote, Profeta e Rei – seja um único com as três funções, sejam diversos para cada uma. Às vezes deixando entender que este messias possua uma missão vicária, outras vezes que é o próprio Deus a agir criando novos céus e terra. Dentro deste ambiente de esperança messiânica, é chegada a plenitude dos tempos (cf. Gl4, 4-6) então Deus envia o seu Filho a fim de consumir sua obra salvífica que na carta aos Hebreus tem clara conotação sacerdotal.

2 - O SACERDÓCIO DE CRISTO

Os Evangelhos não nos falam que Cristo em algum momento de sua existência terrena tenha reclamado para si alguma função sacerdotal, ou tenha negado sua legitimidade.

Sabemos por Lucas que seu pai adotivo é da tribo de Benjamim, da casa de Davi. Portanto, mesmo linhagens paralela e distante, o que se leva a crer que também sua mãe, segundo o costume de casamentos apenas intertribais, deveria ser também ela Benjaminita e não levita.

Apesar de ter uma parentela levítica – Zacarias e Isabel – talvez Jesus não pertencesse a casta sacerdotal por isso o seu sacerdócio não deverá ser hereditária, carnal e humana, contudo Jesus de Nazaré realizará uma ação que posteriormente inspirará o autor da Carta aos Hebreus e São Paulo a conferir-lhe uma ação de cunho sacerdotal.

Seus pais o levam ao templo para ser circuncidado e apresentado a Deus. Por volta dos doze anos, como de costume sobe em peregrinação para Jerusalém onde se realizava o ritual de passagem para a vida adulta. Tão logo atinge preceitualmente a maioridade o evangelho mostra Jesus exercendo a atitude mais nobre de um judeu cabível a um adulto não levita: ensinar a Torah (cf. Dt 30, 4-5), o faz com uma sabedoria que espanta aos seus ilustres ouvintes (cf. Lc 2, 27, 41 -52).

Jesus não se opõe ao Culto, ou ao Templo como querem acusá-lo no episódio de sua condenação a morte. O Evangelho de João nos retrata no segundo capítulo o único momento de sua vida terrena em que se mostra irado, mas logo o justifica: é um ardor que brota de um profundo zelo pela Casa de seu Pai (cf. Jo2, 13-20). Quando realiza algum milagre manda os excluídos apresentarem-se aos sacerdotes para julgarem a veracidade de sua sanção a fim de poderem retornarem ao convívio comunitário, em obediência ao preceito de Levítico 14, mas também em respeito ao papel do sacerdote (cf. Mc 1,44; cf. Mt 8,4).

1.1-JESUS SUMO E ETERNO SACERDOTE NA CARTA AOS HEBREUS

Conforme Albert Vanhoye em 'Sacerdotes antigos e Sacerdote novo no Novo Testamento', São Paulo: Academia Cristã, 2006 (cf p. 192-196); O autor da carta aos Hebreus concebe um duplo fim a encarnação: ao assemelhar-se a nós pudesse "com/padecer" dos que sofrem e assumir o sumo sacerdócio (cf. Hb 2, 17), tomando dentre os homens e posto a serviço destes. As duas razões estão intimamente unidas, pois visam levar o culto e o Sacerdócio Antigo a uma perfeição impossível de ser lograda pelo esforço humano: a realização de um único, eterno, insuperável e efficacíssimo sacrifício expiatório dos pecados da humanidade.

Contudo, o hageógrafo nos apresenta algumas características essenciais de todo sacerdote que caber-lhe-á demonstrar se Jesus responde ou não a elas: "portanto todo sumo sacerdote, tirado do meio dos homens é constituído em favor dos homens em suas relações com Deus. A sua função é oferecer dons e sacrifícios pelos pecados" (Hb 5,1).

O sacerdócio não é algo que possa arrogar-se, mas deve ser resultado de uma eleição feita pelo próprio Deus, assim como nos primórdios o fez com o sacerdócio araônico (cf. Lv 9). Conquanto Jesus, como concebido aqui na Carta aos Hebreus em uma alta cristologia, é o Filho de Deus gerado desde toda eternidade (Hb 5,5): "tu és meu filho e hoje te gerei"(Sl 2,7).

Assim no próprio ato de gerar o seu Filho lhe é outorgado o seu sacerdócio, ou dito de outro modo, como Filho Eterno tudo a ele outorgado pelo Pai em virtude de sua geração se torna intrinsecamente unido a sua pessoa. Será, portanto desde esta dimensão exercido o seu múnus sacerdotal quando chegar a hora. Não como Algo extrínseco e forâneo, mas hereditário como o sacerdócio levítico.

Dito isso não caberia neste panorama a pergunta quando Jesus foi feito sumo sacerdote? Pois ele o é desde toda eternidade (cf. ibidem, p.197-198). Talvez no máximo se indagaria quando ele exerceu o seu múnus sacerdotal? Sem esquecermos que nesta última questão inclui-se todos elementos próprio deste ofício, ou seja, sacrificial – expiatório – latrêutico – eucarístico, que são a concretização de outro aspecto do sacerdócio: ser mediador entre Deus e os homens.

Neste aspecto mediador Hebreus entende como supereminente a função sacrificial. O que é próprio e exclusivo do sacerdócio é oferecer sacrifícios, mas não

qualquer sacrifício: o sacrifício expiatório. Também os pais são chamados a abençoar e a educar seus filhos na lei (cf. Dt 6,20). Os chefes de família presidem a *Pessach*, a Páscoa Judaica. Assim resta como exclusivo ao sumo sacerdote oferecer sacrifícios. Nesta dinâmica a Carta aos Hebreus recolherá todos os elementos da maior celebração expiatória judaica: o *YomKippur*, aplicando-os o Jesus cristo para o momento de sua Paixão, Morte e Ressurreição.

É em continuidade com este aspecto, isto é, 'de ser gerado pelo pai' que nos será apresentando o personagem prefigurativo de Jesus a figura de *Melquisedec* (Rei da paz). Uma figura emblemática do Messias explorada já pela teologia do saltério do Sl 110, 4. Um rei vindo de *Salém* – derivação de *Shalom*(PAZ - ou seja, vindo da cidade da paz *Jeru/ Salém*).

Um rei sacerdote sem genealogia e sem a descrição de seu fim, logo portador de uma realeza e sacerdócio eternos. Isto vem para reforçar ainda mais a perenidade e eficácia do exercício sacerdotal operado por Cristo 'sacerdote segundo a uma ordem semelhante a de Melquisedec'.

Outra prefiguração de Jesus é a Tenda, ou Santuário: imagem de seu corpo construído não por mãos humanas (Cf. Hb9, 1-2, 7, 11-12). Diferentemente dos 'santuários' antigos que teve seu fim desvirtuado, ou seja, deveriam resguardar a lembrança da transcendência de Deus, acabaram se tornando um elemento de exclusão no meio de Israel. Isto pode ser percebido no fato somente os Sumos Sacerdotes estavam autorizados a entrarem no Santo dos Santos uma única vez ao ano e serem os únicos a penetrá-lo.

Jesus, porém, ao assumir uma 'tenda' que não é obra humana; por ocasião de sua morte e ressurreição, é introduzido no Santuário Celeste - é arquétipo do santuário terrestre -leva consigo toda humanidade em virtude da encarnação, do 'compadecendo'(padecendo com...) dos que sofrem.

Travessia esta merecida não pelo sangue de animais irracionais, mas em virtude de seu próprio sangue derramado em expiação pelos pecadores. Possível porque ele é o sumo sacerdote real gerado pelo Pai e pelo Pai enviado sob uma Tenda construída por suas mãos divinas, símbolo da sua ação geradora do Filho, ao desapegar-se de sua condição divina em razão de sua obediência a vontade do Pai, Jesus entrega a sua vida. Assim como seu corpo é rasgado, também ele rasga o véu do Tempo Introduzindo-nos todos – assumimos pela fé – ao seu Corpo Celeste.

Unidos à obediência outros dois elementos tornam o sacrifício de Jesus eficaz: o sacerdote que oferece é ao mesmo tempo também a vítima ofertada e ambos são santos.

Templo, Sumo Sacerdote e Vítima são todos o mesmo Jesus Cristo, por isso a mesma santidade aplicada a um cabe ao outro como supra citado, tudo que for outorgado ao Filho em virtude de sua geração eterna pelo Pai cabe-lhe também como próprio. Neste sentido, a santidade do Pai é aplicada ao Santuário, ao Sacerdócio e ao Sacrifício de Cristo tornando assim o exercício de sua ação expiatória e o soerguimento da humanidade, ações sumamente eficazes e definitivas.

“... Pela fé somos inseridos neste mistério” (Hb 12, 2). Embora alguns autores defendam que não seja a Carta aos Hebreus de próprio punho de São Paulo, podemos dizer que ela está em continuidade com a sua Teologia.

Hebreus apresenta a fé como o veículo para sermos não apenas inseridos neste mistério, e sim é também pela fé que usufruímos do fruto desta ação sacerdotal de Jesus: a expiação dos nossos pecados a nossa inserção no santuário celeste.

Não é uma fé fácil de ser aderida, pois implica crer neste ato ignominioso Deus nos salvou. Que por esta ação devemos encher-nos de esperança, visto que Deus não abandonou Cristo, Mas o exaltou também não nos desprezará se formos fiéis “... Mas se morremos com Cristo, temos fé que também viveremos com ele” (Rom 6, 4-9).

Buscando atender, talvez, a um momento histórico de provação em sua comunidade este pastor procura encher de confiança aqueles que por hora sofrem por sua fé. Anima-lhes lembrando que não ficarão desamparados, mas contarão com Auspício Divino. O cuidado de Deus as vezes feito manifesto numa ação dolorosa, porém pedagógica visa educar os aflitos a fim de crescerem na esperança, certos que o fruto de tal disciplina será a justiça e a paz. Mesmo frutos dados pelo Rei de Salém a Abraão nosso pai na fé.

Exorta-os a permanecerem firmes. Pois assim como Jesus padeceu e foi exaltado também aqueles que com ele e por ele sofrem, unidos pela fé receberão a salvação, que para nós significa a expiação dos pecados, mas para Jesus significou ser colocado acima de todas as coisas e dos Anjos (Hb 1, 3-5) a direita da Majestade de Deus.

2.2. SACERDÓCIO COMUM

2.2.1. Sacerdócio Comum na Primeira Carta de Pedro.

O Autor da Primeira Carta de Pedro também utiliza categorias cultuais para descrever a natureza do fiel seguidor de Jesus, categorias estas que subentendem a ação redentora de Cristo, operada sem dúvida em sua Paixão, Morte e Ressurreição, aos moldes de uma ação sacrificial e, portanto sacerdotal.

Por meio do Batismo, diz o autor, não se têm uma purificação externa, mas uma transformação interior que atinge o mais íntimo e profundo do homem: sua consciência.

A força de tal transformação procede de Cristo Ressuscitado a quem estão submetidos até mesmos as Dominações e Potestades celestes. Se em Cristo constituem os batizados um Reino, um novo povo, logo possui também um rei cujo domínio perpassa este mundo e atinge o celestial sentado-se a direita de Deus (cf. 3, 21-22).

Contudo para chegar a constituir este povo, assim como Jesus Cristo sofreu na carne, e, seus sofrimentos foram a passagem para sua glorificação, também aqueles que pelo Batismo têm os corpos lavados no seu Sangue, são purificados pelos sofrimentos e pela superação da sujeição aos instintos da carne vivendo segundo a vontade de Deus e não segundo as paixões humanas (cf. 4, 1-4). Levar a termo tal purificação nada mais é que o exercício de seu múnus sacerdotal.

Eleitos e destinados a participar no novo nascimento pelo sangue de Jesus, nascimento este que nos confere “uma esperança viva, uma herança incorruptível pela fé”, igualmente guarda-nos pelo poder de Deus, para salvação. Assim do sacrifício de Cristo emana um poder capaz de tornar aquele que foi lavado neste sangue “participantes da natureza divina” (2Pe 1, 3-4). Então se entende porque pela fé o eleito recebe uma herança incorruptível: se tornar pedra viva de um templo espiritual, membro do novo povo algo impossível não fosse a salvação outorgada ao fiel por meio de um mediador de igual natureza.

Esta eleição exige uma vida longe das paixões, subentendendo-se que esta predileção na verdade incorre em uma ‘consagração’ – daqui vem a santidade de seu sacerdócio: afastamento do pecado, das paixões, da carne... (cf. 1, 1-5).

Isto não implica numa alienação do mundo, pois continuam a submeter-se as instituições humanas; ao contrário têm a obrigação de “darem razões de sua fé” (cf.

3, 15) testemunhando-a no mundo imitando o Divino Mestre por cujo sangue renasceram. Serem como Jesus Cristo levado como ovelha ao matadouro – categoria cultural (cf. 2, 13-24) todos os dias, ‘carregando assim a sua cruz’ traçando o caminho de salvação.

Quando o autor imagina sua comunidade sob a imagem de um templo qual cada fiel constitui uma pedra viva por eleição a benevolência divina, estabelece assim um princípio de comunhão entre cada membro e Cristo Pedra Angular, rejeitada pelos construtores, mas escolhida por Deus (cf. IPe 2, 6-8) (cf. *ibidem*, p.393-400)

São inseridos a um sacerdócio real donde deverão oferecer sacrifícios espirituais por meio de Jesus Cristo. Esta ‘mediação crística’ ocorre não apenas em virtude de seu exemplo ao qual todos estão chamados a seguir, mas pela benevolência e misericórdia de Deus foram eles constituídos por meio do Batismo donde nasceram pelo sangue de Jesus. O Batismo mais do que um banho é a participação na suprema e divina ação sacrificial/sacerdotal (cf. Zc 14, 17; 6, 11-13; cf. Ex. 19, 6) de Jesus.

O Autor se desvincula do sistema de casta, mas paralelamente continua sendo uma instituição por geração, não por via humana, mas desde Deus no Sangue de Jesus de quem recebemos isto como herança incorruptível, isto é, eterna.

Os sacrifícios espirituais (cf. 2, 19-21) oferecidos por aqueles que receberam o sacerdócio batismal são: suportar as aflições e sofrer injustiças ambas com paciência por amor de Deus seguindo o exemplo de Cristo deste modo serão coerentes à sua vocação. Não apenas se trata de autenticidade e seguir um exemplo, mas é desta maneira que participando dos sofrimentos de Cristo e através deles tornam-se coredeiros pelas angústias e pela docilidade a vontade de Deus (cf. 3, 17-18).

No capítulo quinto dirigindo-se aos presbíteros exprime a relação destes com os eleitos- sacerdotais reais. Que os presbíteros se comportem com estes como pastores que servem livremente desprendidos de ganância e atitude de domínio, mas sendo como Cristo modelo para o rebanho a ele confiado, merecedores de respeito e obediência por parte dos mais moços.

2.2.2. O sacerdócio Comum na *Lumen Gentium*.

Assim como a Igreja tem a Trindade como Realidade fontal e sua natureza pode ser tratada analogicamente ao ministério da Encarnação, do mesmo modo o sacerdócio de Cristo do qual participa todos os batizados e ministerialmente aquele que foram escolhidos, pode ser visto desde a ótica da economia do Verbo Encarnado.

O Filho de Deus, na natureza humana unida a si, vencendo a morte por sua morte e ressurreição, remiu e transformou o homem numa nova criatura (cf. Gál 6, 15; 2Cor 5, 17). Ao comunicar o seu Espírito, fez de seus irmãos, chamados de todos os povos, misticamente os componentes de seu próprio corpo.

Nesse corpo difunde-se a vida de Cristo nos crentes que pelos sacramentos, de modo misterioso e real, são unidos ao Cristo morto e glorificado. Pelo batismo configuramo-nos com Cristo: “Com efeito em um só Espírito fomos batizados todos nós para sermos um só corpo” (1 Cor 12, 13). (Vaticano II, *Lumen Gentium* n. 7, p. 44)

O sacerdócio comum é assim chamado não por se encerrar na sua breve dimensão histórica, tão pouco, por se considerar uma realidade banal, ou trivial, mas porque dele todos aqueles que inseridos no ministério salvífico realizado pelo Pai por meio do Filho no Espírito Santo, emana um arcabouço comum - contudo não menos importante - a todos os batizados. Que arcabouço seria este?

O Primeiro já mencionado é a sua origem no seio da Trindade Econômica, do qual desdobra os demais caracteres: ser uma realidade onde se unem de modo real, sem mistura, confusão e divisão o humano e divino. Esta realidade na patrística ficou conhecida como *Mysterium- Μυστήρια* –ou ‘Mística’ (cf. VATICANO II, Compêndio, Petrópolis: Editora Vozes, 2000).

O sacerdócio é a mesma vida de Cristo comunicada ao crente que se une aos demais formando um corpo cuja cabeça é o mesmo Filho de Deus. Unidade intimamente articulada e ajustada por, Pedra Angular rejeitada pelos construtores (cf. At 4,11). União selada pelo Batismo onde o crente é inserido na morte e Ressurreição do Senhor e que tem sua máxima manifestação no ministério eucarístico onde ele se doa inteiramente aos seus e os une ao seu sacrifício. Estabelece com eles a nova e definitiva aliança no seu sangue sob mandamento do amor (cf. I Cor 10, 17; 12, 27). Deste modo o ser e o agir sacerdotal está desarraigado das restritas dimensões pragmáticas que o reduziria a um ofício, uma

delegação, um encargo ou uma profissão e passa deste modo para a dimensão existencial e por isso totalizadora do ser daquele em quem a este sacerdócio é vinculado.

Não se trata de uma unidade monótona e monofásica, e sim plurifacetária (cf. ICor 12, 1-11), pois é o Espírito Criador que estabelece a união (cf. I Cor 13,13) e garante o enriquecimento da Igreja segundo suas necessidades e por outro lado é o querer divino que a conduz o batizado por este mesmo Espírito. Além do mais este age de modo a concluir um projeto de forjar no Corpo Místico de Cristo a imagem do Filho (cf. Gl 4-19).

Cristo Senhor, Pontífice tomado dentre os homens (cf. Heb5, 1-5), fez do novo povo “um reino e sacerdotes para Deus Pai” (Apoc 1, 6; cf. 5, 9-10). Pois os batizados pela regeneração e unção do Espírito Santo, são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo, para que por todas as obras do homem cristão, ofereçam sacrifícios espirituais e anunciem os poderes d’Aquele que das trevas os chamou a sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Por isso todos os discípulos de Cristo, perseverando em oração e louvando juntos a Deus (cf. At 2, 42-47), ofereçam-se como hóstia viva, santa, agradável a Deus (cf. Rom 12, 1). (Vaticano II, *Lumen Gentium* n. 10, p. 50).

Esta comunhão realiza a promessa de Deus anunciada ao Povo de Israel, isto é, de formar para si um povo eleito. Pois se por um lado a inserção no Filho é individual o desígnio divino aprova a salvação de todos os homens de todos os tempos, lugares e culturas; quis em si reunir um povo novo (cf. Ef 2, 14-18). A formação deste povo concretiza ainda a promessa de tornar Israel um povo de reis e sacerdotes (cf. Zc 14, 17; 6, 11, 11-13; cf. Ex. 19,6) onde novamente é Deus a governá-lo e onde todos oferecem sacrifícios agradáveis capazes de chegar ao céus (cf. Ap 1,6; 9-10).

Como o povo da Antiga Aliança peregrinara pelo deserto rumo a terra prometida sob a proteção e a guia de *IHWH*, o novo povo de Deus trabalha na construção de um mundo melhor estabelecendo o reino de Deus, que não se confunde, nem se identifica com nenhuma realidade humana e nem mesmo com a instituição eclesial. Este povo sacerdotal sabe que esta atividade rumo para plenitude que há de se consumir apenas no final dos tempos quando Cristo voltar e entregar todas as coisas ao Pai (cf. Fl 3, 20-21; cf. 1Cor 15, 22-25).

Deste modo os batizados devem exercer no mundo o seu múnus visando a edificação deste Reino instaurado por Cristo que caminha para sua plenitude pela

colaboração dos homens. O mundo se tornou assim o grande lócus onde aqueles que se tornaram herdeiros da Nova e definitiva Aliança devem viver e exercer o sacerdócio régio.

Não é a profanação daqueles que foram santificados, se trata mais de um envio a esta missão sublime, que na verdade é a participação da mesma missão de Jesus: edificar o Reino dos Céus. Por outro lado pela regeneração batismal os cristãos são segregados do mundano, que se traduz por esta estrutura de pecado e de morte presente em todos os séculos agora vencida pelo Senhor Jesus.

Os batizados são chamados a serem santos, consagrados a Deus neste ofício. Devem exercer um sacerdócio régio oferecendo sacrifícios espirituais agradáveis a Deus (cf. 1Pe 2, 4-10):

Cristo Senhor, pontífice tomado dentre os homens (cf. Hb5, 1-5). Fez do novo povo 'um reino e sacerdotes para seu Deus Pai' (Ap 1,6; 5, 9-10). Pois os batizados, pela regeneração e unção do Espírito Santo, são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo, para que por meio de todas as obras do homem cristão ofereçam sacrifícios espirituais e anunciem os poderes d'aquela que das trevas os chamou á sua admirável luz (cf. 1Pd. 2,4-10). Por isso todos os discípulos de Cristo, perseverando em oração e louvando a Deus (cf. At 2, 42-47), ofereçam-se como hóstia viva, santa, agradável a Deus (cf. Rm 12,1). Por toda parte deem testemunho de Cristo, E aos que pedirem deem as razões da esperança da vida eterna que neles habilita. (cf. 1Pd. 3,15) (Vaticano II, Lumen Gentium, 2000, 10).

Este trecho compendia aquilo que os Padres Conciliares entendiam por 'sacerdócio comum' já comentado no Concílio de Trento que buscou apresentar a postura da Santa Igreja às afirmações equivocadas dos reformadores. A Igreja sempre defendeu a existência de um sacerdócio comum a todos os batizados que em Cristo são inseridos no Reino dos Céus pelo Batismo.

Não é algo que o homem se arrogou a si mesmo, mas vem como dádiva por meio de Cristo, o Pontífice, e visa o Reino que ele por ações e palavras comunicou a toda humanidade e do qual se participa nascendo da água e do Espírito. O Batismo deste modo se torna uma investidura se levamos em conta o método divino na Antiga Aliança em relação aos reis, profetas e sacerdotes antigos.

O cristão constitui ainda, com o seu Divino Mestre, Ele, "Templo construído não por mãos Humanas" (Hb9, 1-1,7, 11-12), uma casa espiritual; São Paulo vence as reservas e o medo de que se caia em equivocidade tal expressão e chama o

batizado de Templo do Espírito Santo (cf. ICor 6,19). Vale lembrar o peso de tal declaração:

Na Carta aos Hebreus vimos que Cristo é o templo verdadeiro, porque não fora obra humana, mas de artifício divino, do mesmo modo o fiel em Cristo deve transparecer este homem novo associando-se ao único e verdadeiro sacrifício. Assim a santidade e eficácia do sacrifício não origina-se mais em oferecer sangue de animais, visto que isto não agrada a Deus e nem é capaz de limpar as consciências. Tão pouco na imolação de si mesmo no sentido lato já que Cristo ofereceu-se por todos uma vez por todas.

A santidade do sacrifício oferecido pelo batizado origina-se no fato de estar unido e oferecido por meio do sacrifício de Jesus Cristo verdadeiro altar, sacerdote e vítima. Assim ao mesmo tempo que o batizado testemunha a dá razões de sua fé, ao unir seus trabalhos, fadigas, alegrias, tristezas e sofrimentos ao sacrifício de Cristo ele se oferece como hóstias espirituais ao Pai que as aceita por causa de seu Filho e não pela pureza das coisas imanentes oferecidas pelos homens.

O Papa João Paulo II na sua carta apostólica *SalvificiDoloris* recorda os pastores e todos os cristãos do valor deste 'oferecimento participativo'. Ou seja, por meio deste oferecimento o fiel não apenas exerce seu sacerdócio, como se torna participante no ministério redentor de Cristo, ação esta que tem como ícone a Virgem Maria que aos pés da cruz ao oferecia sua dor se tornou, segundo a piedade católica, coredentora da humanidade (cf. PIO X *Ad Diem illudLaetissimum*, Sobre a devoção da Virgem, de 02 de fevereiro de 1904).

Efetivamente nenhuma criatura pode se comparar ao Verbo Encarnado e Redentor, mas da maneira como o sacerdócio de Cristo é participado pelos ministros e pelo povo fiel, igualmente a bondade de Deus sendo uma só se divide variavelmente pelos seres criados, assim também a mediação única do Redentor, não exclui, antes suscita nas criaturas cooperações diversas, que participam desta única fonte. (cf. *Lumen Gentium*, n. 62. p. 109)

Por isso bem sintetiza a *Lumen Gentium* n.11 que a efetivação desta índole sagrada do sacerdócio se dá pelos sacramentos, fonte e ápice da vida cristã, e, através das virtudes, que são a manifestação concreta da ação santificadora da Graça, ou seja, a inabituação de Deus na alma.

A índole sagrada e organicamente estruturada da comunidade sacerdotal efetiva-se tanto através dos sacramentos, como através

do exercício das virtudes. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis são delegados ao culto e a religião cristã em virtude do caráter, e, regenerados para serem filho de Deus, são obrigados a professar diante dos homens a fé que receberam de Deus e da Igreja. Pelo Sacramento da Confirmação são vinculados mais perfeitamente à Igreja, enriquecidos de especial força do Espírito Santo, e assim mais estreitamente obrigados a fé que, como verdadeiras testemunhas de Cristo, devem difundir e assim defender tanto por palavras como por obras. Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, oferecem a Deus a Vítima divina e com Ela a si mesmos. Assim, quer pela oblação, quer pela sagrada comunhão, todos – exercem na ação litúrgica a parte que lhes é própria. (Vaticano II, Lumen Gentium, 2000, 11, p. 51.).

Pelos Sacramentos os batizados participam dos frutos redentores alcançados por Jesus Cristo na sua Paixão, Morte e Ressurreição, ato supremo de entrega pela salvação da humanidade ao Pai. Participam eminentemente deste sacrifício através da Liturgia Eucarística e da recepção deste Augusto Sacramento.

2.3. SACERDÓCIO MINISTERIAL

Seguindo a linha de exposição da exortação Apostólica Pós Sinodal de João Paulo II de 25 de março de 1992 *Pastores dabovobis* sobre a formação dos sacerdotes católicos nos números 11-18, o atual Beato apresenta a identidade sacerdotal assim como a identidade do cristão e da Igreja, tendo sua gênese na seio da Trindade Santíssima. Dita Exortação é magistral no seu ato de recolher as notas da identidade do sacerdote da Igreja Católica e nas diretrizes elementares para se adquirir tal caráter.

Desde sua origem o sacerdócio é inserido numa *communium* a qual deverá refletir a preção de desfigurar-se caso não faça. Tal qual a Igreja, germen do Reino de Deus já presente neste mundo destinado a consumir-se nos fins dos tempos, o sacerdócio constitui em si mesmo aquela comunhão entre Cristo Cabeça unido ao corpo formado de muitos membros. O sacerdócio não é um elemento periférico na Igreja, nem muito menos mais um entre tantos outros, mas junto com a Palavra de Deus e os Sacramentos forma os elementos constitutivos desta *communium* que constitui o *Christus Totus*. Que *communium* seria esta?

Primeiramente o sacerdócio ministerial é um prolongamento do mesmo sacerdócio de Cristo. Há uma continuidade intrínseca e fundamental entre o ministério sacerdotal instituído e a missão de Cristo Redentor. O ministro ordenado age, conforme a linguagem do Vaticano II, 'em nome de Cristo cabeça em benefício de todo o Corpo, que é a Igreja'. Não se trata de uma ação etérea e indiscriminada, e sim a ação redentora do Filho que se oferece ao Pai pelos homens, feitos no Espírito Santo filhos no Filho (cf. *Lumen Gentium* n. 28, p. 73).

Escolhido entre os irmãos. Por meio do gesto de imposição das mãos (cf. At 6; cf. I Tm 4, 14; 5, 22 cf. II Tm 1, 6) que transmite o dom do Espírito, eles são chamados e habilitados a continuar o mesmo ministério apostólico de reconciliar, de apascentar o rebanho de Deus e ensinar (cf. At 20, 28; cf. I Pe 5, 22). (Cf. *Pastoris dabovobis* n. 15, p. 40).

Durante sua vida Pública Jesus atraiu para si uma multidão ao seu redor, seja por seu jeito novo de anunciar a Boa Nova, seja por seu agir, seja pelas obras que operava. No entanto dentre esta turba chamou para si alguns poucos prediletos escolhidos para formar um grupo de seguidores aos quais não apenas fez

confidências não reveladas a todo povo, como confiou-lhes seu poder e missão recebidos por ele do Pai.

O evangelista Lucas chama estes íntimos de discípulos (cf. Lc. 10, 1-12) dentre os quais foram escolhido doze para formar aqueles que receberam o nome de Apóstolos (cf. Mc 3, 14-15). Não se tratava apenas de constituir um pequeno grupo de seletos, mas de fazer destes seus ministros vicários continuadores de sua missão salvífica destinada não apenas aos homens de sua época, mas a todos os homens de todos os tempos (cf. Mt 28, 19-20).

Tamanha a identidade entre ambos 'apostolados', ou seja, o de Cristo (cf. Hb 1,1) e dos Apóstolos, que Jesus mesmo estabeleceu uma similitude entre o agir e missão de ambos ao ponto que negar acolher os seus emissários implica um negação a Ele mesmo (cf. Mt 10,40).

Uma identificação que exige do arauto de Cristo permanecer unido a ele (cf. Jo 15,5) deste modo assim como o Filho é ele mesmo um enviado do Pai e faz senão aquilo que é de sua vontade (cf. Jo 5, 19.30) também os apóstolos não agem por própria iniciativa, mas que dão continuidade a mesma missão de Jesus (cf. Jo 7,16) (cf. Catecismo da Igreja Católica n. 1548, p. 424)

Instituídos por Cristo sacerdotes na Última Ceia desde os primórdios os Apóstolos transmitiram por meio da imposição das mãos este mesmo encargo, ainda que a instituição colegial dos assim chamados Doze, tivessem desaparecido ao longo dos tempos (cf. At 6, 1-6; 13, 1-3; cf. Tm 4, 14; 5,22; cf. 2Tm 1,6) o sacerdócio permaneceu latente e vivaz no seio da Igreja.

Contudo sempre foi fé viva da Igreja que a missão que Cristo confiou aos seus Apóstolos fora transmitida ininterruptamente a homens durante todos os séculos (cf. Catecismo da Igreja Católica n. 1555-1556, p. 436-427).

Na mesma ocasião da Instituição do sacerdócio, e da Eucaristia Jesus estabeleceu aquele ato como sendo não apenas antecipatório de sua Paixão, Morte e Ressurreição, enfim, de sua ação salvífica, como também deu a aquele ato um caráter sacrificial, e portanto, sacerdotal, ou seja, o memorial da Nova e Eterna Aliança agora selada com o seu Sangue, estabelecida em seu Corpo (cf. Mt 26, 26-28).

Ressuscitado e elevado aos céus Cristo a Direita do Pai envia aos Apóstolos o Espírito Santo a fim de realizarem mais plenamente a sua missão de serem dispensadores dos ministérios de Deus (cf. ICor 4,1), testemunhas do Evangelho da

Graça (cf. Rm 15,16; cf. At 20,24) e o ministério do Espírito e da Justiça (cf. 2Cor 3, 8-9), isto é, santificar, ensinar e governar

O Senhor Jesus Cristo, Sumo Pontífice, está presente no meio dos crentes na pessoa dos Bispos, assistidos pelos presbíteros. Assentado à destra de Deus Pai, não está ausente da congregação dos pontífices, mas sobretudo pelo exímio serviço deles prega a todas as gentes a palavra de Deus e continuamente administra os sacramentos da fé a todos os crentes. Com ofício paternal (cf. 1Cor 4, 15) deles, Cristo incorpora novos membros a Seu Corpo pela regeneração sobrenatural. E finalmente pela sabedoria e prudência deles dirige e ordena o Povo do Novo Testamento na sua peregrinação para eterna bem-aventurança. (Vaticano II, *Lumen Gentium* n. 21, p. 62).

Esta missão esta primeiramente direcionada aos *Επισκοπος*, mas a seu modo também aos *Πρεσβυτερος* devem exercer este tríplice múnus.

Reafirma ainda o Concilio Vaticano II o dogma da primazia do sucessor de Pedro Sinal de Unidade dentro do colégio Apostólico. Esta unidade todos os sucessores dos Apóstolos devem reproduzir em suas Igrejas particulares. A comunhão se dá entre os membros do colégio Apostólico, do bispo diocesano e seu presbitério e entre todos os fieis unidos aos pastores que estejam em comunhão com o Romano Pontífice (cf. *ibidem* p. 63).

O que segue na exposição da *Lumen Gentium* a partir do número 21 é a reflexão sobre a maneira de se relacionar entre os membros do Colégio dos Bispos, o modo de exercer seu tríplice múnus, como se enquadra o ministério do presbítero e do diácono em sua colaboração com o ministério episcopal. Dado que o ultimo Concílio desde a sua convocação tem uma índole prioritariamente pastoral ele define os traços da identidade de cada um e seu papel dentro do Corpo Místico de Cristo de tal maneira que claramente destaca o papel de cada membro do novo povo de Deus.

A partir destes traços vamos buscar delinea, através da ação sacerdotal descrita, o rosto do sacerdócio ministerial. A ótica é claro que se fará pelo prisma do tríplice múnus do ministério sacerdotal.

Em síntese o sacerdote é sucessor em uma corrente ininterrupta de arautos, portanto de uma missão (enviado) entregue pelo próprio Cristo. Ele está dotado de poderes para levar a cabo tal empreita de ser testemunha do evangelho a todos os povos e com o dever de fazer novos discípulos de Cristo por meio da fé e do Batismo e congregar a todos na única grei de Cristo.

Unidade e comunidade são duas características que estão intimamente unidas, pois o que torna o sacerdócio ministerial um mesmo sacerdócio apesar de serem inúmeros os sacerdotes, decorridos séculos desde a sua instituição por Cristo, além do dever de continuar a ser exercido em diferentes contextos e culturas é o fato de que cada sacerdote está mais que inserido, ele se identifica por poder do Espírito Santo, e por força do Sacramento da Ordem, comunicado pela imposição das mãos, ao mesmo sacerdócio de Cristo transmitido aos Apóstolos. Isto faz com que aquele que é investido de tal dignidade opere não somente um ofício delegado, mas atua na mesma pessoa de Cristo Sacerdote e Pastor, tão íntima união que quando ele proclama, anuncia, ensina a Boa Nova é o próprio Cristo hoje no meio de seu povo a realizar o mesmo.

Quando o sacerdote administra os Sacramentos, de modo especial a Eucaristia, é o mesmo Cristo a se oferecer como vítima perfeita agradável chegando necessariamente a presença do Pai.

Através de sua oração e também ele se oferecendo como hóstia viva unindo-se ao sacrifício que celebra incorre em benção não somente ao sacerdote e àqueles que participam tal celebração, mas toda a Igreja como um corpo se beneficia, de tal modo que podemos dizer que sua ação é não somente *in Persona Christi*, mas também *in Persona Ecclesiae*. Assim o sacerdote atua e faz presente a ação de Cristo e a ação da Igreja que unida a Ele, como o corpo unido a sua cabeça. O Ministro é o mediador da Nova Aliança e com ele e em torno dele toda vez que age sacerdotalmente esta presente o *Christustotuus*.

Desta unidade deriva a comunhão efetiva que há, e deve se concretizar em atitudes, entre os sacerdotes, propriamente entre os episcopos sumos detentores deste dom. Portanto mais que uma relação jurídica e afetiva a comunhão – não que estas não devam ocorrer também, mas se as pressupõe – entre o colégio dos Apóstolos atuado hoje no Colégio dos Episcopos com o Papa, e o colégio dos presbíteros com o Bispo diocesano se configura como imanente ao próprio ministério, logo não deve sobrepor-se a ele razões secundárias.

Esta comunhão entre os bispos devem ressoar em cada presbitério e destes em todos os membros da Igreja. Deste modo conseguirão atingir o objetivo deixado pelo Divino Mestre de reunir em um único rebanho todos os Povos e Nações.

Como instituição hierárquica se exige por parte da Igreja a existência de artifícios de ordem jurídicas, estruturais, organizacionais que de certo modo

delineiam o agir sacerdotal isto como realidade também terrena. Contudo como elementos temporais estão sujeitos ao desenvolvimento o juízo sobre o que é ou não válido pesa sobre a mesma instituição hierárquica que tem como sumo Pontífice o Bispo de Roma, e o Colégio dos Bispos unidos a ele que exercem esta supremacia de modo eminente nos Concílios Ecumênicos.

O Sacerdote por seu caráter apostólico tem a missão de instaurar o Reino dos Céus destruindo as amarras da escravidão do pecado atualizando na vida de cada homem através dos sacramentos da iniciação cristã. Pesa sobre ele não apenas obrigações cultuais e de presidência da comunidade, mas de transmitir a Boa Nova a fim de que o mundo creia n'Aquele que o Pai enviou para salvar a humanidade imersa no pecado.

Portanto o sacerdote é o homem da Palavra enquanto comunicador desta e ao mesmo tempo a faz viva em sua vida. Ou seja, ele encarna a Palavra, assim como a Palavra se fez carne (cf. Jo 1,1). Isto feito a comunicação da fé (cf. Mt28, 18; cf. Mc 16,15-16; cf. At 26, 17s) se torna serviço e ao mesmo tempo um dom comunicado por Deus aos homens através de suas testemunhas, pesando maior responsabilidade sobre aquele que ele escolheu para si a fim de fazê-los pescadores de homens.

Em seguida vem a comunicação dos Ministérios Salvíficos através dos Sacramentos e a distribuição das Bênçãos de Deus invocadas pelo Ministro interventor e intercessor do povo. Verdadeiro mediador pede pelo povo por meio de Cristo na força do Espírito Santo que faça presente na vida de cada fiel a salvação alcançada por Jesus nos eventos pascais. Isto principalmente através do Batismo e da celebração do Ministério Eucarístico onde Ele exerce ministerialmente o seu sacerdócio atualizando a entrega do Divino Redentor cada vez que oferece o seu Único e Eterno Sacrifício ao Pai.

Por fim cabe ao sacerdote o governo da comunidade a ele confiada, mas sob a observação do próprio Cristo:

Os reis das nações as dominam, e os que as tiranizam são chamados benfeitores. Quanto a vós, não deverá ser assim; pelo contrário, o maior dentre vós torne-se como o mais jovem, e o que governa como aquele que serve. (Lc 22, 25-26).

Também o autor da primeira carta de São Pedro aconselha os pastores:

Apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado cuidando dele, não como por coação, mas de livre vontade, como Deus o quer; nem por torpe ganância, mas por devoção, nem como senhores daqueles que vos couberam por sorte, mas, antes, como modelos do rebanho. (I Pd 5, 2-3).

Tais conselhos ressaltam que múnus de reger não deve ser encarado e muito menos baseado às categorias dos governos deste mundo, mas antes como ministério advindo do Reino dos Céus deve ser exercido na mesma atitude que o fez o seu Anunciador, na atitude de serviço. Depois ninguém está obrigado a tal tarefa seja por fatores internos seja por ambição, e sim no intuito de serem modelos, que na verdade significa refletir a imagem do Divino Mestre.

Portanto pesa sobre o tríplice múnus duas características: serviço e mediação. Com isso fica claro aos que foram chamados a este ministério que não são de modo algum proprietários dos dons que distribuem e nem daqueles que se beneficiam destas dádivas. Eles mesmos, os sacerdotes, devem se reconhecer necessitados destas graças e por isso devem sempre se humilhar e buscarem ser eles também ensinados, santificados e regidos por outrem, claro que primeiramente pelo próprio Senhor, contudo antes de tudo são eles cristãos, com eles irmãos e para eles pontífices. Na medida em que mais forem beneficiados destes dons mais terão para dar de si e do que vem de Deus. A todos, porém, é claro cabe a supremacia de Cristo Senhor de todos Sumo e Eterno Sacerdote: Verdadeiro e Imaculado altar, Sacerdote e Vítima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser observado a conceituação teológica da identidade sacerdotal foi algo que se desenvolveu aos poucos na dinâmica das Escrituras, sob o influxo das contínuas intervenções de Deus na história de seu Povo até culminar no Sacerdócio de Cristo que foi sempre a fonte de luz a se projetar durante os séculos.

Elementos de ordem social e cultural influenciaram e exigiram sempre uma resposta clara e ativa por parte dos detentores do ministério mediador sacerdotal em todas as fases da História não sem a intervenção direta do Senhor.

O sacerdócio cristão nas suas duas vertentes conseguiu unir e ao mesmo tempo superar o sistema de casta no qual estava encerrado o sacerdócio do Antigo Testamento e chegar a consecução da promessa divina de instaurar o seu povo sacerdotal. Levou a plenitude os esforços dos inumeráveis sacrifícios antigos ao consumir-se no Cristo único e verdadeiro sacrifício agradável ao Pai e por isso capaz de expiar a culpa e limpar a consciência uma vez por todas.

Jesus insere o caráter de serviço e de prolongamento da sua ação sacerdotal na natureza do sacerdócio. Assim o ministério mediador daqueles que foram escolhidos, separados e investidos de seus poderes não se enquadra como meio de domínio e elevação de status no seio da Igreja, mas de aos moldes de um serviço a ser prestado a toda comunidade dos Batizados.

Estes por sua vez não são eximidos do sacerdócio, ao contrário é o braço secular deste, já que são intimados a serem hóstias vivas ofertadas a Deus, assim como Cristo Jesus que foi agradável ao Pai não apenas no ato culminante do Ministério Pascal, mas também toda atividade de homem, pois pela Encarnação uniu sua vida a sua missão salvífica redentora.

Também a comunidade dos batizados no seu Nome são investidos de seu sacerdócio de um modo distinto e não em oposição ao ministério ordenado que por sua vez está a serviço daquele através da atuação do tríplice Múnus: ensinar, santificar e reger.

De fato se destaca o elemento mediador do sacerdócio de Cristo prolongado em seus sacerdotes que se tornam herdeiros de sua missão. Elevar as coisas humanas até Deus e invocar/interceder pelos dons divinos aos homens é o que torna o ministério sacerdotal a mais sublime ação que uma pessoa pode realizar.

Contudo tal nobreza se dá por força e ação do Espírito Santo que faz presente no mundo em cada época e cultura pelo próprio Cristo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA JERUSALÉM. São Paulo: Paulus. 2000.

BORN. H. Haac-A, Vanden, AUSEJO. S. de, *Diocionário de la Bíblia*. 6ª Edição. Sección de Sagrada Escritura. Vol. 27-28. Barcelona: Biblioteca Hader. 1975.

CATECISMO, da Igreja Católica. São Paulo: Editora Loyola. 2000.

FINKELSTEIN, Israel. SILBERMAN, A, Neil. A Bíblia não tinha razão. São Paulo: Girafa Editora. 2003.

PAULO II, João. Exortação Pós Sinodal sobre a formação dos sacerdotes. *Pastores dabovobis*. São Paulo: Editora Paulinas. 1992.

PAULO II, João, *SalvificiDoloris*. O sentido cristão do sofrimento humano. 8ª Ed. São Paulo: Editora Paulinas. 2006.

LACOSTE, Jean-Yves. Dicionário Crítico de Teologia. São Paulo: Editora Paulinas e Loyola. 2004.

LEON-DUFOUR. Xavier. Vocabulário de Teologia Bíblico. 18ª Ed. Barcelona: Heder. 2001.

VATICANO II. Compêndio. Constituições, decretos, declarações. 29ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

VANHOYE, Albert. Sacerdotes Antigos e Sacerdote Novo segundo o Novo Testamento. São Paulo: Academia Cristã. 2006.

INTERLINEAR, Novo Testamento, Grego- Português. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica Brasileira. 2004.

SWETNAM. James. Gramática do Grego no Novo Testamento. Vol I-III, São Paulo: Paulus. 2002.

JERÔNIMO, Santo. Novo Comentário Bíblico de São Jerônimo. Novo Testamento e Artigos Sistemáticos. Tradução: Celso Eronides Fernandes. Santo André: Academia Cristã. São Paulo: Paulus. 2011.

JOSEPH, Ratzinger. Jesus de Nazaré. São Paulo: Editora Planeta. 2011.

PAULO VI. *SacerdotalisCaelibatus*. São Paulo: Editora Paulinas. 1967.

DOUTRINA DA FÉ, Sagrada Congregação. *Sacerdotium Ministeriale*. São Paulo: Editora Paulinas. 1983.